

CONTRATO Nº 019/2021

Pregão Eletrônico nº 020/2020
Processo Administrativo nº 0.240/2021
Ata de Registro de Preço nº 071/2020

O **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, com sede Rua Macário Ferreira, nº 517 - Centro – Serrinha – Bahia, inscrita no CNPJ sob nº. 13.845.086/0001-03, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Adriano Silva Lima, inscrita no CPF sob o n.º 912.972.575-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro a empresa **LIMA GUIMARÃES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 16.671.465/0001-04, com sede na Av. Lomanto Junior, 3001, Margem da Br 116, Serrinha, Ba, CEP 48.700-000, representado pelo seu sócio, o Senhor Paulo Oliveira Guimarães, CPF nº 413.583.415-91, simplesmente denominadas de **FORNECEDOR**, firmam o presente **CONTRATO**, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo nº 3.115/2020**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 020/2020**, Ata no registro de preços para fornecimento parcelado dos materiais, relacionados no Anexo I e II do Edital, nos termos da Lei n.º 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Decreto Municipal nº39/2013, de 08 de janeiro de 2013, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente contrato é o fornecimento parcelado de combustíveis em atendimento as demandas da frota do município de Serrinha/Ba, em consonância com a proposta da CONTRATADA e as disposições do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

O combustível deverá ser entregue no momento da solicitação, nas dependências da CONTRATADA, mediante apresentação de **AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO**, da qual constará o número da placa do veículo, a quantidade e tipo de combustível a ser fornecido, data, nome do motorista e assinatura do funcionário responsável pela autorização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$ 3.081.618,63 (Três milhões, oitenta e um mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e três centavos)**.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	TOTAL
1	DISEL COMUM	LT	150.933,432	R\$ 3,23	R\$ 487.514,99
2	DISEL S10	LT	480.181,000	R\$ 3,26	R\$ 1.565.390,06
3	GASOLINA COMUM	LT	242.050,255	R\$ 4,25	R\$ 1.028.713,58
				VALOR TOTAL:	R\$ 3.081.618,63

Três milhões oitenta e um mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e três centavos.

3.2 O pagamento do combustível consumido será efetuado mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente do fornecimento e contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, referente a competência anterior, à Unidade de Transporte/Divisão Administrativa, acompanhada de todas as autorizações de fornecimento do período respectivo.

3.3 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos,



contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária.

3.4 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente ou ordem de pagamento, em conta corrente em nome da contratada, e todas as despesas decorrentes, como impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Fornecer o combustível solicitado a qualquer hora do dia, de domingo a sábado;

4.2 Manter, durante a vigência do presente contrato, a proporção de desconto alcançada na licitação com referência ao preço de médio estabelecido no edital.

4.3 Encaminhar semanalmente, nota/fiscal do combustível fornecido, acompanhada das respectivas autorizações recebidas.

4.4 Apresentar laudo de qualidade do combustível, fornecido pela companhia fornecedora, quando solicitado pelo MUNICÍPIO.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo de manutenção dessas condições.

4.6 Fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da Agência, Nacional de Petróleo - ANP ou órgão competente.

4.7 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente os esclarecimentos que forem solicitados.

4.8 Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, ligadas ao cumprimento do Contrato.

4.9 Fornecer o talonário do formulário "Requisição de Abastecimento", cujo modelo deverá ser aprovado pela CONTRATANTE.

4.10 Apresentar nota fiscal dos abastecimentos ao término do mês de competência, observando-se os preços ofertados na licitação.

4.11 Corrigir no prazo de 02 (duas) horas, os problemas ocasionados aos veículos e/ou geradores, quando constatado nexos causal entre o dano e fornecimento inapropriado do combustível.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato, conforme ajustado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGENCIA

O presente Contrato terá eficácia a partir da sua assinatura e perdurará pelo prazo de **12 (dode) meses**, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA submeter-se-á ao regime de penalidades abaixo, previstas na legislação:



7.1 Na forma do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

7.2 Na forma do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, o descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no Edital e neste Contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Oficial:

7.2.1 advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

7.2.2 multa de até 10% (dez por cento) sobre o montante dos serviços prestados no mês, sem prejuízo das demais penalidades legais;

7.2.3 suspensão do direito de participar de licitações e contratos com a Administração por até 2 (dois) anos;

7.2.4 declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.

7.3 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

7.4 Na forma do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, caso a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da lei mencionada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento dos bens e serviços que fazem parte deste Contrato, bem como do local de sua execução.

9.2 A CONTRATADA responderá por perdas e danos direta e indiretamente causados por seus empregados ou prepostos, ainda que involuntariamente, aos veículos, equipamentos e demais bens do CONTRATANTE ou de propriedade de terceiros sob responsabilidade do CONTRATANTE.

9.3 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades.

9.4 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.5 É vedada a transferência, total ou parcial, do objeto deste contrato sem anuência do CONTRATANTE.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
60000	2023	33.90.30	00
60000	2009	33.90.30	00
60000	2117	33.90.30	00
60000	2024	33.90.30	00
60000	2149	33.90.30	00
60000	2153	33.90.30	00
60000	2002	33.90.30	00
60000	2024	33.90.30	42
60000	2047	33.90.30	16
62000	2019	33.90.30	19
62000	2019	33.90.30	04
62000	2019	33.90.30	15
62000	2014	33.90.30	01
62000	2019	33.90.30	22
63000	2032	33.90.30	02
63000	2051	33.90.30	14
63000	2160	33.90.30	14
63000	2096	33.90.30	14
63000	2093	33.90.30	14
64000	2066	33.90.30	29
64000	2066	33.90.30	28
64000	2105	33.90.30	29
64000	2105	33.90.30	28
64000	2054	33.90.30	29
64000	2106	33.90.30	00
64000	2061	33.90.30	29

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGPM da FGV, pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

O reajustamento do preço poderá ser efetuado, mediante assinatura de termo aditivo contratual, para restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro, devendo a FORNECEDORA fazer prova da necessidade do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A Fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstas no art. 77 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO

- a) Por ato unilateral da Administração nos casos dos Incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- b) Amigavelmente por acordo entre as partes, reduzindo o termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para administração;
- c) Por denúncia, com 30 dias de antecedência ao seu término, por qualquer uma das partes.
- d) Judicialmente, nos termos da legislação;

A rescisão desse contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO, bem como na assunção dos combustíveis pela FORNECEDORA na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de sua assinatura até o término da quantidade licitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Serrinha, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias.

Serrinha, 04 de fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SERRINHA - BAHIA

Adriano Silva Lima



LIMA GUIMARÃES DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

Paulo Oliveira Guimarães